



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 29616 - DF (2023/0291412-1)

**RELATORA** : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**IMPETRANTE** : ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES  
**IMPETRANTE** : ANDRE FERNANDES DE MOURA  
**IMPETRANTE** : CLEITON GONTIJO DE AZEVEDO  
**IMPETRANTE** : DAMARES REGINA ALVES  
**IMPETRANTE** : EDUARDO NANTES BOLSONARO  
**IMPETRANTE** : EVAIR VIEIRA DE MELO  
**IMPETRANTE** : FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO  
**IMPETRANTE** : FLAVIO NANTES BOLSONARO  
**IMPETRANTE** : JORGE SEIF JUNIOR  
**IMPETRANTE** : LUIS EDUARDO GRANGEIRO GIRAO  
**IMPETRANTE** : MAGNO PEREIRA MALTA  
**IMPETRANTE** : MARCO ANTONIO FELICIANO  
**IMPETRANTE** : MARCOS ROGERIO DA SILVA BRITO  
**IMPETRANTE** : MAURICIO BEDIN MARCON  
**IMPETRANTE** : NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA  
**IMPETRANTE** : SERGIO FERNANDO MORO  
**ADVOGADOS** : EDVALDO FERNANDES DA SILVA - DF019233  
DANIL PLACIDO CAMILO JUNIOR E OUTRO(S) - DF031396  
MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO CARDOSO SILVA -  
DF032676  
**IMPETRADO** : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : UNIÃO

### DECISÃO

#### Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES E OUTROS** contra ato coator imputado ao **SR. MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**, objetivando o fornecimento de todo o conteúdo captado e gravado pelas câmeras do sistema de segurança e monitoramento do Palácio da Justiça nos dias 7 a 9 de janeiro de 2023, consoante requerimentos aprovados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) instaurada para investigar os atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República.

Narram a requisição do conteúdo em 11.7.2023, por meio da referida Comissão (requerimentos ns. 118, 934, 949, 960, 981, 999 e 1.007), pedido

inicialmente negado pela Autoridade Coatora com fundamento no sigilo imposto sobre os autos do Inquérito n. 4.927, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, no qual estariam anexados os arquivos solicitados (fls. 33/60e).

Sustentam a ratificação do pedido em 1º.8.2023 (fl. 62e), o que foi seguido de ofício encaminhado pelo Impetrado ao Ministro Relator daquele Inquérito, tendo esse último autorizado o “[...] envio e o compartilhamento das imagens do dia 08/01/2023, tanto do circuito interno quanto externo de segurança do Palácio da Justiça [...] nos termos do requerimento formulado” (fls. 63/66e).

Relatam o envio das imagens por intermédio da Polícia Federal apenas em parte, porquanto apresentado o conteúdo de duas câmeras, ambos do dia 8.1.2023, no intervalo das 13h30min às 21h33min em relação às imagens externas, e das 13h30min às 21h40min em relação a imagens internas do Salão Negro (fls. 67/74e).

Defendem, nesse contexto, possuir direito líquido e certo ao acesso de todas as imagens solicitadas nos requerimentos aprovados pela CPMI, consoante os arts. 37, caput, e 58, § 3º, da Constituição da República; 2º da Lei n. 1.579/1952; 21 e 22 da Lei n. 12.527; e 148 do Regimento Interno do Senado Federal.

Postulam, em tutela provisória de urgência, a determinação do “imediato e integral cumprimento, pela autoridade impetrada, dos Requerimentos nº 118, nº 934, nº 949, nº 960, nº 981, nº 999 e nº 1.007 — todos de 2023 —, oriundos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (“CPMI 08 de Janeiro”) (doc1 c/c doc2), nos exatos termos da fundamentação, em especial para promover a entrega imediata e integral à CPMI requisitante de todos os conteúdos captados e gravados pelas câmeras dos sistemas de segurança e monitoramento do Palácio da Justiça, inclusive do restaurante e do estacionamento do Anexo II do edifício, referentes aos dias 7 a 9 de janeiro de 2023”.

Argumentam estar evidenciada a probabilidade do direito nos argumentos de mérito tecidos na inicial, bem como o periculum in mora na temporalidade do inquérito parlamentar, nos termos dos arts. 58, § 3º, da Constituição da República; 76, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 35, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Intimados, os Impetrantes emendaram à inicial, atribuindo valor à causa (fls. 120/126e) e recolhendo as custas devidas (fls. 133/139e).

Notificada, a Autoridade Coatora apresentou Informações às fls. 156/237e, explanando, preliminarmente, a ausência de interesse processual em razão da inexistência de pretensão resistida, porquanto “[...] em virtude da preservação de arquivo contendo imagens adicionais às enviadas à CPMI pela Polícia Federal, foi disponibilizado à CPMI, mediante o Ofício nº 1550/2023/SE/MJ, um novo backup de imagens com o fito de atender aos Requerimentos” (fls. 156/237e).

No tocante ao mérito do *writ*, aduz que “[o] termo de referência do contrato da empresa responsável pelas câmeras de segurança, firmado em 01/11/2018, estabelece que as imagens devem ser armazenadas por 30 dias. Desde então, estabeleceu-se durante todos os anos posteriores a prática do mercado, ou seja, ocorre automaticamente o processo de regravação. II. As imagens encaminhadas à CPMI até o dia 30 de agosto referem-se aos registros considerados, pelas autoridades competentes, importantes para instrução dos inquéritos, e que foram, portanto, preservados” (fl. 177e).

Por sua vez, os Impetrantes ponderaram pela “[...] disponibilização à Secretaria da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro, para as devidas verificações e tentativa de extração de dados, todos os equipamentos utilizados para a gravação das imagens objetos das requisições pendentes, já especificadas na exordial, com relatório circunstanciado dos procedimentos já ultimados na tentativa de recuperação das imagens” (fls. 244/251e).

### **É o relatório.**

Nos termos do art. 105, I, b, da Constituição da República, compete a este Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

A concessão liminar de medida de urgência em mandado de segurança requer a presença dos requisitos cumulativos previstos no art. 7º, III, da Lei n. 12.016/2009, quais sejam, a existência de fundamento relevante (*fumus boni iuris*) e a possibilidade de que do ato impugnado possa resultar a ineficácia da medida, caso, ao final, deferida a segurança (*periculum in mora*).

Nessa linha de princípio, para configuração do fundamento relevante, mostra-se necessária a demonstração da evidência do direito postulado, porquanto é pressuposto deste remédio constitucional a existência de prova pré-constituída à sua impetração. Não se desincumbindo desse ônus da prova, descabe a medida liminar, mantendo-se a presunção de legitimidade do ato atacado.

De destacada importância os ensinamentos do Professor Hely Lopes Meirelles a respeito da matéria:

*Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais.*

*Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança.*

(Mandado de Segurança, 28ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2005, pp. 36/37).

Remarque-se que o sobredito preceito normativo teve constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em precedente qualificado, sob o seguinte fundamento: a “cautelaridade do mandado de segurança é ínsita à proteção constitucional ao direito líquido e certo e encontra assento na própria Constituição Federal [...] não será possível a edição de lei ou ato normativo que vede a concessão de medida liminar na via mandamental, sob pena de violação à garantia de pleno acesso à jurisdição e à própria defesa do direito líquido e certo protegida pela Constituição” (ADI n. 4.296/DF, Redator p/ Acórdão Ministro ALEXANDRE DE MORAES, TRIBUNAL PLENO, j. 9.6.2021, DJe publicado em 11.10.2021).

Da mesma forma, a orientação da Primeira Seção desta Corte, segundo a qual o “deferimento de pedido liminar, em sede de mandado de segurança reclama a demonstração do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional no sentido de evitar que quando do provimento final não tenha mais eficácia o pleito deduzido em juízo, bem como, a caracterização do *fumus boni iuris*, ou seja, que haja plausibilidade do direito alegado que se consubstancie no direito líquido e certo, comprovado de plano, que fundamenta o *writ*” (STJ, AgRg no MS 10.538/DF, 1ª S., Rel. Min. LUIZ FUX, DJU de 1.8.2005).

Dessarte, nos termos preconizados pela jurisprudência deste Tribunal, não deve ser deferido pedido formulado em tutela provisória quando não tenha sido demonstrada, de plano, a elevada probabilidade de êxito referente ao direito vindicado.

Seguindo esse raciocínio, não verifico, nesta fase sumária de cognição, a presença dos requisitos necessários ao deferimento da tutela de urgência requerida no caso sob exame.

Isso porque, consoante exposto, haverá fundamento relevante quando a ilegalidade ou abusividade da autoridade coatora forem passíveis de demonstração documental, independentemente da complexidade ou densidade da matéria de fundo, atribuindo-se ao impetrante um momento único - o da petição inicial - para comprovar suas alegações de fato.

Com efeito, as informações prestadas pela Impetrada noticiam que: a) o termo de referência do contrato com empresa responsável pelas câmeras de segurança, firmado no ano de 2018, prevê o armazenamento das imagens para possíveis auditorias por, no mínimo, 30 (trinta) dias (fl. 194, item 6.6.5), após os quais

pode ocorrer automaticamente o processo de regravação (utilização da memória para novas gravações); b) com base no aludido amparo contratual, foram preservados apenas os registros pontuados como relevantes pelas autoridades competentes, dentro do prazo, para a instrução dos inquéritos policiais em curso; c) apesar disso, foi possível a recuperação de arquivos adicionais, já encaminhados à CPMI; e d) não há, nesse momento, outros registros sob atribuição do Ministério da Justiça para disponibilização.

De sua vez, intimados à vista das sobreditas informações, os Impetrantes postularam pela disponibilização dos “*equipamentos utilizados para a gravação das imagens*” com o respectivo “relatório circunstanciado dos procedimentos já ultimados na tentativa de recuperação das imagens” (fls. 244/251e).

Assim posta a matéria, não verifico, em uma primeira análise, prova documental pré-existente apta a demonstrar deliberada omissão do Impetrado no fornecimento do conteúdo das imagens solicitadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, havendo indícios de necessária dilação probatória para constatar eventual conduta abusiva ou ilícita por parte daquele, o que não é cabível nessa seara processual.

Por outro lado, o pedido das fls. 244/251e aparenta mudança dos limites inicialmente traçados no pedido inicial, em vedada inovação do cenário do processo após manifestação da parte adversa, conduta rechaçada pela jurisprudência desta Corte (cf. AgInt no MS n. 22.129/DF, relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, j. 25.9.2019, DJe de 30.9.2019; MS n. 19.589/DF, relator Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, j. 9.12.2015, DJe de 15.12.2015).

Nesse cenário, consoante deflui dos Requerimentos anexados às fls. 35/47e, o Mandado de Segurança tinha por objeto o fornecimento das *imagens* capturadas pelas câmeras de segurança do Ministério da Justiça. Após as informações trazidas pela autoridade coatora, os Impetrantes solicitaram acesso aos *equipamentos* utilizados para as gravações e ao *relatório circunstanciado* dos procedimentos ultimados para recuperação dos dados.

À vista do sumariamente exposto, a nova manifestação parece ampliar o pedido inicial de disponibilização do *conteúdo* para acesso aos *instrumentos* de gravação e recuperação de imagens, sobre o qual não há requerimento dos membros da CPMI nem registro de ação ou omissão por parte da autoridade coatora, razão pela qual fica inviabilizada sua análise neste *mandamus*.

Importa consignar a ausência de prejuízo dessa decisão ao recurso às vias ordinárias para averiguar a possibilidade de extração de novas imagens ou para apurar a regularidade do procedimento relatado pela Autoridade Coatora.

Por fim, entendo não restar demonstrado o alegado *periculum in mora*, tendo em vista que, a partir da análise da página da CPMI no site do Senado, os respectivos trabalhos seguem sendo regularmente realizados, e seu termo final está previsto para 20.11.2023, sendo recomendável a espera pelo seu deslinde (Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>>. Acesso em 21.9.2023).

Diante do exposto, em juízo perfunctório, entendo não demonstrada a verossimilhança das alegações apresentadas, consubstanciada na elevada probabilidade de êxito referente ao direito vindicado, e o perigo de dano pelo seu não deferimento de imediato.

Posto isso, **INDEFIRO A LIMINAR.**

Deixo de determinar o sigilo solicitado ao documento de fls. 63/66e, precipuamente considerando não terem sido juntadas quaisquer imagens aos presentes autos, bem como ausentes referências a atos instrutórios ou a qualquer investigado.

Defiro o ingresso da União no feito (fl. 148e).

Já anexadas as informações pela Autoridade Coatora, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de setembro de 2023.

**REGINA HELENA COSTA**

Relatora